

**APAC**ASSOCIAÇÃO  
PINACOTECA  
ARTE E CULTURA**ASSOCIAÇÃO PINACOTECA ARTE E CULTURA - APAC**

CNPJ nº 96.290.846/0001-82

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)**

BALANÇOS PATRIMONIAIS							
Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa		14	8	Fornecedores		1.935	1.835
Recursos financeiros vinculados - Contrato de Gestão	4	5.275	4.735	Impostos e contribuições a recolher	9	1.343	1.430
Recursos financeiros vinculados de projetos	5	11.290	11.311	Salários e férias a pagar	10	1.684	1.725
Contas a receber		164	142	Créditos de projetos a incorrer	11	10.244	11.127
Estoques	6	363	249	Recursos do contrato de gestão	12	2.230	1.432
Outros créditos		364	1.237			17.436	17.549
Despesas antecipadas		131	67	<b>Não circulante</b>			
		17.601	17.749	Doações de bens e direitos a apropriar	13	546	788
<b>Não circulante</b>				Provisão para contingências	14	345	357
<b>Realizável a longo prazo</b>				Retenções do contrato de gestão	15	2.043	1.855
Aplicações financeiras vinculadas	7	1.321	1.027			2.934	3.000
Aplicações financeiras vinculadas Contrato de Gestão	7	2.043	1.855			20.370	20.549
		3.364	2.882	<b>Patrimônio líquido</b>			
Imobilizado	8	485	722	Patrimônio social		132	132
Intangível		61	66	Fundo especial		1.009	738
		546	788			1.141	870
<b>Total do ativo</b>		<b>21.511</b>	<b>21.419</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>21.511</b>	<b>21.419</b>
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>21.511</b>	<b>21.419</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**1. Contexto operacional:** A Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC, também denominada Associação, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1992, regida por seu estatuto social de 1º de dezembro de 2015 e pelas leis que lhe são aplicáveis, em especial a Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, e o Decreto Estadual nº 43.493, de 29 de setembro de 1998. A Associação tem objetivos de natureza cultural consubstanciados na colaboração técnica, material e financeira que garanta a preservação e a conservação do acervo artístico e a divulgação da Pinacoteca de São Paulo ("Pinacoteca" ou "Museu"), como centro de referência de atividades e pesquisas de caráter cívico, educacional, artístico e cultural. Para cumprimento de seus objetivos, a Associação poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades: **a.** Firmar contratos, convênios, termos ou acordos com o Poder Público, em todos os níveis, ou com a iniciativa privada, para gestão e gerenciamento de equipamentos culturais e implantação e desenvolvimento de programas de governo na área da Educação e Cultura, como Contratos de Gestão. **b.** Realizar, patrocinar e promover exposições, cursos, conferências, seminários, debates, congressos e encontros de diversas naturezas que garantam o acesso da população à cultura, educação e cidadania ou que propiciem o intercâmbio entre profissionais da arte, estudantes, entidades e Poder Público, assim como, promover o treinamento, capacitação profissional, formação continuada e especialização técnica de recursos humanos na área museológica e educativa, incentivando a formação artística e cultural. **c.** Prestar serviços de apoio técnico através de acordos operacionais, ou outra forma de ajuste, com instituições públicas e privadas, tanto nacionais quanto internacionais, no campo da pesquisa e implantação de projetos culturais voltados para os objetivos da Associação. **d.** Atuar com os poderes constituídos em âmbitos federal, estadual e municipal, visando a aperfeiçoar ou propor normas legais pertinentes à área artística-cultural e estabelecer ajustes com o Poder Público e iniciativa privada para aquisição de obras de arte e divulgação do patrimônio artístico cultural da Pinacoteca de São Paulo e da Associação. A Associação é reconhecida pela Secretaria de Estado da Cultura (SEC) como Organização Social de Cultura (OSC), portanto podendo ser contratada pelo Estado para a gestão de equipamentos de cultura por meio de Contrato de Gestão. A Associação possui como principais fontes de manutenção de suas atividades o Contrato de Gestão com a Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Estado de São Paulo e os recursos provenientes dos projetos patrocinados pelas Leis de incentivo à cultura. **Contrato de gestão:** Em 31 de dezembro de 2013, a Associação finalizou seu segundo Contrato de Gestão (Contrato nº 35/2008) firmado com o Governo do Estado de São Paulo, referente ao período de 2009 a 2013, e em 20 de dezembro de 2013, celebrou novo Contrato de Gestão (Contrato nº 005/2013), estabelecendo o prazo de vigência de 4 anos e 11 meses, com término em 30 de novembro de 2018. A Secretaria de Estado da Cultura não publicou, até a presente data, o chamamento público que definirá a escolha do próximo contrato quinquenal. Durante o período do contrato, a Associação receberá recursos financeiros da Secretaria de Estado da Cultura, destinados ao fomento e à operacionalização da gestão e execução, pela Associação, das atividades e serviços na área de museologia na Pinacoteca de São Paulo em seus dois edifícios (Pinacoteca Luz, Estação Pinacoteca e Memorial da Resistência do Estado de São Paulo), e poderá gerir espaços para estacionamento, em área dentro ou fora de suas dependências, para atendimento dos frequentadores dos museus, bem como venda de produtos relacionados aos objetivos da APAC, e também explorar café, bar ou restaurante, desde que os recursos gerados sejam utilizados nas atividades previstas no Contrato de Gestão. As principais obrigações e responsabilidades da Associação são as seguintes: **(i)** Executar ações descritas e caracterizadas no Anexo ao Contrato de Gestão - Programa de Trabalho, cumprindo as metas a ser atingidas, nos prazos previstos. **(ii)** Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de permissão de uso, até sua restituição ao Poder Público. **(iii)** Entregar ao Estado as doações e legados eventualmente recebidos em decorrência desse Contrato de Gestão, bem como os excedentes financeiros gerados ao longo de sua execução (todas as doações e legados, assim como os bens adquiridos, que venham a integrar o acervo deverão fazer parte do patrimônio do Estado). **(iv)** Contratar, se necessário, pessoal para a execução das atividades previstas nesse Contrato de Gestão, responsabilizando-se por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, observando os limites e critérios definidos no Anexo ao Contrato de Gestão - Sistema de Despesa com Pessoal. **(v)** Publicar na imprensa diária e no Diário Oficial, no prazo de 90 dias da assinatura do contrato, o regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará nas aquisições de bens e contratações de obras e serviços com recursos provenientes do Poder Público. **(vi)** Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para qualificação como organização social. **(vii)** Submeter à aprovação prévia da Secretaria de Estado da Cultura os projetos culturais que impliquem: • O empréstimo de bens móveis do patrimônio artístico, histórico e cultural a organizações nacionais ou internacionais para fins de exibição. • A restauração de obras do acervo artístico, histórico e cultural. **(viii)** Submeter trimestralmente relatórios parciais de acompanhamento das metas do Contrato de Gestão à Comissão de Avaliação constituída pela Secretaria do Estado da Cultura. **(ix)** Contratar seguro multirisco para os bens do patrimônio histórico, artístico e cultural em modalidade específica, quando se tratar de projetos culturais que impliquem empréstimo a organizações nacionais ou internacionais, para exibição em mostras, exposições e outros eventos. No caso de não cumprimento, parcial ou total, ou superação das metas, com variação maior ou menor que 20% (vinte por cento) em relação às metas estabelecidas no Contrato de Gestão, a Associação deverá justificar a variação e, caso a justificativa não seja acolhida pela Unidade Gestora do Contrato, poderá ser punida com multa. O valor da multa que vier a ser aplicada está determinado no próprio contrato de gestão e será comunicado à Associação, e o respectivo montante descontado dos pagamentos subsequentes devidos em decorrência da execução do objeto contratual. Pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão e seus aditamentos, a Associação estima receber, no prazo e condições acordadas, a importância remanescente aproximada em R\$18.296 para 2018, com autorização da Secretaria de Estado da Cultura para a reversão de R\$1.457 do Fundo de Reserva para a conta repasse, após o pagamento da última parcela prevista para 2018, de modo a fazer frente ao Plano de Trabalho pactuado para o ano. Os bens patrimoniais cedidos à Administração da Associação a título de Permissão de Uso são os imóveis situados na Praça da Luz, 2 e no Largo General Osório, 66, além do acervo museológico de obras de arte e bibliográfico e documental da Pinacoteca de São Paulo. Para o ano de 2017, o contrato previu que a Associação não poderia gastar mais do que 79,1% do seu orçamento com despesas na remuneração e vantagens de qualquer natureza a ser percebidos pelos seus dirigentes e empregados, assim como a remuneração da Diretoria não poderia ultrapassar o valor anual de 10,0% do orçamento total da Associação, sendo essas metas atendidas em 2017 58,76%, e 9,96%, (57,83% e 9,13% em 2016). A Administração é requerida a enviar trimestralmente relatórios para acompanhamento das metas. Os relatórios do primeiro ao terceiro trimestre de 2017 foram preparados e encaminhados, após aprovação do Conselho da APAC, para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria de Estado da Cultura, tendo sido aprovados pelo

Conselho em 10 de abril, 17 de julho e 16 de outubro de 2017, respectivamente. O relatório referente ao quarto trimestre tem prazo de entrega marcado para 28 de fevereiro de 2018, consolidando com relatório anual. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2018. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 3e). • Determinação da Provisão para perda e ajuste ao valor de realização do estoque (Nota Explicativa nº 6). • Determinação das provisões para contingências (Nota Explicativa nº 14). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas. **e. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº 22 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Transações em moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Associação tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. *Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados nas rubricas "Recursos financeiros Contrato de Gestão" e "Recursos financeiros de projetos". *Aplicações financeiras vinculadas:* Demonstadas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício ou conta de obrigação com o contrato de gestão. Essas aplicações, embora de liquidez imediata, têm sua movimentação restrita, dependendo de autorização do Conselho de Administração ou, quando requerido, do poder público, estando relacionadas com a constituição de Fundos (Notas Explicativas nº 7 e 15). *Recursos financeiros vinculados:* Recursos financeiros vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações de projetos relacionados a contrato de gestão ou a outro projeto incentivado e outros ajustes que lhe deram origem. Os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras são apropriados na rubrica de créditos de projetos a incorrer. *Empréstimos e Recebíveis:* Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos. *Passivos financeiros não derivativos:* Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Associação tem apenas fornecedores como passivos financeiros não derivativos, que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(ii) Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de *hedge*, durante os exercícios de 2017 e 2016. **c. Contas a receber:** Estão representadas substancialmente por cartões de crédito de vendas da loja e da bilheteria. **d. Estoques e demais ativos circulante e não circulante:** Os estoques são representados substancialmente por artigos de papelaria, *souvenirs* e livros. Os demais ativos estão demonstrados ao valor de custo ou de realização, exceto os livros oriundos de doações de projetos culturais que são custeados por Lei de Incentivo. **e. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, deduzido do valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, substancialmente, o prazo do contrato de gestão (até cinco anos), não considerando o valor residual dos bens, uma vez que ao término do contrato de gestão, caso não ocorra sua renovação, os bens adquiridos com recursos

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			
	Nota	2017	2016
<b>Receitas das atividades</b>			
Contrato de gestão			
Recursos de órgão do governo	12 e 17.a	20.645	20.970
Ingressos, líquidos dos tributos	17.c	433	498
Venda da loja, líquida do custo das vendas e dos tributos	17.b	1.183	1.223
Patrocínios não incentivados		157	252
Doações pessoas físicas e jurídicas		24	100
Finanças, líquidas		75	557
Outras		318	170
	17.1	22.835	23.770
Patrocínio de projetos			
Fundo Patronos		1.079	905
Recursos recebidos		7.086	9.054
	11.b	8.165	9.959
Trabalho voluntário e gratuidade de ingressos	18	2.337	1.759
Próprias			
Doações, projetos e outras		442	183
Finanças, líquidas		79	103
		521	286
		33.858	35.774
<b>Total das receitas das atividades</b>			
<b>Despesas das atividades</b>			
Despesas gerais - com contrato de gestão	17.2	(22.835)	(23.770)
Despesas gerais - com projetos	11.b	(8.165)	(9.959)
Trabalho voluntário e gratuidade de ingressos	18	(2.337)	(1.759)
Gerais e administrativas		(250)	(176)
<b>Total das despesas das atividades</b>		<b>(33.587)</b>	<b>(35.664)</b>
<b>Superávit do exercício</b>		<b>271</b>	<b>110</b>

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES		
	2017	2016
<b>Superávit do exercício</b>	271	110
Outros resultados abrangentes	—	—
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>271</b>	<b>110</b>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Patrimônio social	Fundo especial	Superávit (déficit) acumulado	Total
<b>Em 01 de janeiro de 2016</b>	132	628	—	760
Superávit do exercício	—	—	110	110
Apropriação do superávit	—	110	(110)	—
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	132	738	—	870
Superávit do exercício	—	—	271	271
Apropriação do superávit	—	271	(271)	—
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	132	1.009	—	1.141

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
	2017	2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit do exercício</b>	271	110
Ajustes por: Depreciação e amortização	414	254
Provisão para contingências	(12)	136
<b>Variação nos ativos e passivos (Aumento/redução em ativos)</b>		
Recursos financeiros do contrato de gestão	(540)	(555)
Recursos financeiros de projetos	21	(2.474)
Contas a receber	(22)	227
Estoques	(114)	39
Outros créditos	873	(589)
Despesas antecipadas	(64)	(16)
Aplicações financeiras vinculadas	(294)	(50)
Aplicações financeiras vinculadas contrato de gestão	(188)	(83)
<b>Aumento/(redução) em passivos</b>		
Fornecedores	100	561
Impostos e contribuições a recolher	(87)	201
Salários e férias a pagar	(41)	329
Créditos de projetos a incorrer	(883)	1.835
Recursos do contrato de gestão	798	248
Doações de bens e direitos a apropriar	(242)	378
Retenção do contrato de gestão	188	84
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	178	635
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(172)	(632)
<b>Fluxo de caixa (utilizado) nas atividades de investimento</b>	(172)	(632)
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	6	3
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	8	5
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	14	8
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	6	3

do contrato e dos projetos realizados durante a vigência do contrato serão revertidos ao Estado, sem direito a indenização. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se ele for maior que seu valor recuperável estimado. **f. Provisão para perdas do valor recuperável (impairment) em ativos não financeiros, exceto estoques:** Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **g. Fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. **h. Créditos de projetos a incorrer:** Estão representados, substancialmente, pelos valores recebidos a título de patrocínio para execução dos projetos incentivados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e aprovados pelo Ministério da Cultura, conforme determinação da Lei nº 8.313/91, que criou o referido programa, e pelo Programa de Ação Cultural (PROAC) aprovado pela Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Os montantes ainda não utilizados foram registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação. Geralmente, os saldos remanescentes são transferidos para projetos de anos subsequentes após a aprovação do MINC ou PROAC, conforme o caso. **i. Recursos do contrato de gestão:** Estão representados pelos valores recebidos para aplicação em gastos do contrato de gestão e que ainda não foram utilizados. **j. Provisões:** São reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **k. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data de levantamento do balanço patrimonial. **l. Doações de bens e direitos a apropriar:** Os bens recebidos (imobilizado e intangível) em doação ou aqueles adquiridos com recursos oriundos de projetos incentivados (Lei Rouanet) ou do contrato de gestão são contabilizados observando o disposto na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. Segundo a referida norma, a receita de doação relacionada a ativo depreciável deve ser reconhecida ao longo do período da vida útil do bem ou direito e na mesma proporção de sua depreciação, sendo reconhecida a crédito da depreciação registrada como despesa no resultado. **m. Patrimônio líquido:** Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício. **n. Apuração do superávit (déficit):** Os recursos provenientes do Contrato de Gestão, quando utilizados, são reconhecidos no mês de competência como receita durante o exercício. Os recursos não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada.

da nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação. As receitas de doações, de patrocínios não incentivados e contribuições associativas são reconhecidas por ocasião do seu efetivo recebimento. As doações de bens e direitos estão comentadas no item (I) desta nota. A receita de ingressos e lojas decorre substancialmente da venda de livros e souvenirs, e da venda dos ingressos. São reconhecidas mensalmente pelo valor faturado, sendo as mesmas realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de débito ou crédito. A receita de gratuidade está representada substancialmente pela concessão de ingressos a alunos de escolas públicas, entrada franca aos sábados e atrações pontuais para o público em geral, valorizada pelo mesmo montante que seria cobrado de terceiros e sendo contabilizada como se tivesse ocorrido o seu recebimento e uma doação pelos alunos ou escolas (receita e despesa no mesmo montante). A receita com trabalhos voluntários, conforme estabelecido na interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, é valorizada incluindo os membros integrantes de órgãos da Administração sendo mensurada ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação teria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida as despesas operacionais também no resultado do exercício. As despesas com o contrato de gestão e com projetos, assim como as demais despesas e receitas, são contabilizadas observando o regime de competência de exercícios. **o. Benefícios a empregados:** A Associação não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após sua saída. Adicionalmente, não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

**p. Gerenciamento de risco financeiro:** A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de liquidez; • Risco de mercado. A Associação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 19. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação. **q. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Associação estão mencionadas abaixo. A Associação não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Associação em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Associação detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Associação fará no futuro, no entanto, a Associação considera que os novos requerimentos de classificação dos ativos e passivos financeiros não terão impactos significativos na sua mensuração. **IFRS 15 - Receita de contrato com clientes (Revenue from Contracts with Customers):** A IFRS 15 (CP C47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. As receitas da Associação incluem principalmente, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público para execução do objeto do Contrato de Gestão, as fontes de recursos advindas de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como taxa de inscrição e parcerias com agentes culturais, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A Associação não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma porém não são esperados efeitos relevantes da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras. **IFRS 16 Leases (Arrendamentos):** A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPSC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 (CPC 47) Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial deste. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Associação não efetua operações de arrendamento, não havendo assim impacto nas Demonstrações Financeiras. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

	2017	2016
Caixa	2	15
Bancos conta movimento - Contrato de gestão	7	31
	9	46
Aplicações financeiras: <b>Banco do Brasil S.A.</b>		
Fundo de Renda Fixa - RF CP 50 mil	3.785	4.166
<b>Banco Itaú S.A.</b>		
FunFundo de Investimento		
- BBA Federal Dynamic Renda Fixa	1.481	-
<b>Banco Santander S.A.</b>		
Fundo de Investimento Classic DI	-	523
	<b>5.266</b>	<b>4.689</b>
	<b>5.275</b>	<b>4.735</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 2017 e 2016, as aplicações em fundos de investimento tiveram remuneração aproximadamente de 97,20% a 105,60% (100% e 103% em 2016) do CDI ao ano. Em atendimento às normas do Governo Estadual, as aplicações financeiras são realizadas substancialmente no Banco do Brasil.

	2017	2016
<b>Bancos conta-movimento</b>		
Plano anual 2016 (*)	2	6.709
Plano anual 2017 (*)	5.767	4.224
Plano anual 2018	4.125	-
ProAC 2016 (*)	-	242
Fundos Patronos	-	130
Terra Foundation	-	6
	<b>9.894</b>	<b>11.311</b>
<b>Aplicações financeiras</b>		
ProAC 2017(**)	523	-
Fundos Patronos	873	-
	<b>1.396</b>	<b>-</b>
	<b>11.290</b>	<b>11.311</b>

(\*) Projetos já encerrados, estando em fase de prestação de contas. (\*\*) Projeto prorrogado até 30 de abril de 2018. As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 2017 e 2016, as aplicações em fundos de investimento tiveram remuneração aproximadamente de 97,20% a 105,60% (100% e 103% em 2016) do CDI ao ano. Em atendimento às normas do Ministério da Cultura, as aplicações financeiras são realizadas no Banco do Brasil.

	2017	2016
<b>6. Estoques:</b>		
Estoques - produtos para revenda	1.463	1.349
(-) Provisão para perda e ajuste ao valor de realização	(1.100)	(1.100)
	<b>363</b>	<b>249</b>
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>7. Aplicações financeiras vinculadas:</b>		
<b>Banco do Brasil S.A.</b>		
Fundo de Renda Fixa -		
RF LPCORP 600 (Contrato de Gestão)	161	116
Fundo de Renda Fixa -		
RF LPCORP 600 (Contrato de Gestão)	1.882	1.739
<b>Subtotal - Aplicações financeiras vinculadas (a)</b>	<b>2.043</b>	<b>1.855</b>
<b>Banco Santander S.A.</b>		
Fundo Classic DI (Fundo Especial)	-	1.027
<b>Banco Itaú S.A.</b>		
Fundo Premium Referenciado DI (Fundo Especial)	1.321	-
<b>Subtotal - Aplicações financeiras vinculadas a projetos (b)</b>	<b>1.321</b>	<b>1.027</b>
<b>Total aplicações financeiras vinculadas</b>	<b>3.364</b>	<b>2.882</b>

As aplicações financeiras apresentaram uma rentabilidade anual média de 97,20% a 105,60% (100% e 103% em 2016) do CDI em ambas as aplicações. (a) Essas aplicações financeiras vinculadas, estão atreladas as retenções do contrato de gestão, especificamente para os fundos de reserva e contingência, conforme especificados na Nota Explicativa 15. (b) Essas aplicações vinculadas a projetos, referem-se ao fundo especial, que é composto pelos recursos próprios da Associação apurados no superávit / déficits do exercício e de anos anteriores, onde o valor só deverá ser utilizado na própria instituição e sua utilização deve ser definido e aprovado em assembleia pelo conselho administrativo. A contrapartida desse valor está registrado no Patrimônio líquido na linha de Fundo especial vide Nota explicativa 16.

	2017		2016	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	1.743	(1.548)	195	299
Máquinas e equipamentos	860	(794)	66	86
Equipamentos de informática	1.161	(980)	181	271
Telefonia	77	(46)	31	57
Equipamentos fotográficos	76	(64)	12	9
	<b>3.917</b>	<b>(3.432)</b>	<b>485</b>	<b>722</b>

A movimentação do imobilizado pode ser assim demonstrada:

	2017		2016	
	01/01/2017	Adição	Baixa	31/12/2017
Móveis e utensílios	1.697	46	-	1.743
Máquinas e equipamentos	836	24	-	860
Instalações	36	-	-	36
Equipamentos de informática	1.111	50	-	1.161
Telefonia	77	-	-	77
Equipamentos fotográficos	66	10	-	76
<b>Total custo</b>	<b>3.823</b>	<b>130</b>	-	<b>3.953</b>
	01/01/2017	Adição	Baixa	31/12/2017
Móveis e utensílios	(1.398)	(150)	-	(1.548)
Máquinas e equipamentos	(750)	(44)	-	(794)
Instalações	(36)	-	-	(36)
Equipamentos de informática	(840)	(140)	-	(980)
Telefonia	(20)	(26)	-	(46)
Equipamentos fotográficos	(57)	(7)	-	(64)
<b>Total depreciação</b>	<b>(3.101)</b>	<b>(367)</b>	-	<b>(3.468)</b>
<b>Saldo líquido imobilizado</b>	<b>722</b>	<b>(237)</b>	-	<b>485</b>
	01/01/2016	Adição	Baixa	31/12/2016
Móveis e utensílios	1.471	226	-	1.697
Máquinas e equipamentos	753	83	-	836
Instalações	36	-	-	36
Equipamentos de informática	853	258	-	1.111
Telefonia	-	77	-	77
Equipamentos fotográficos	61	5	-	66
<b>Total custo</b>	<b>3.174</b>	<b>649</b>	-	<b>3.823</b>

	PRONAC		PROAC		Outros*		Total
	2015	2016	2017	2018	2015	2016	
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	2.678	4.775	-	-	511	-	1.328
Recursos recebidos ou a receber	-	4.612	4.224	-	-	730	2.079
Receitas financeiras e outras	21	558	-	-	19	27	(298)
Gastos incorridos na execução do projeto (b)	(521)	(6.054)	-	-	(227)	(884)	(1.331)
Compra de obras de arte (b)	-	-	-	-	-	-	(942)
Compra de bens móveis e intangível (b)	-	(192)	-	-	-	-	(192)
Transferência de imobilizado	28	-	-	-	-	-	-
Recursos transferidos para novo plano anual e outros	(2.206)	2.206	-	-	(303)	303	(14)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	-	5.905	4.224	-	-	176	822
Recursos recebidos ou a receber	-	-	1.187	4.125	-	467	885
Receitas financeiras e outras	-	-	238	-	-	2	11
Gastos incorridos na execução do projeto (b)	-	(119)	(5.963)	-	-	(141)	(522)
Compra de obras de arte (b)	-	-	(340)	-	-	-	(1.066)
Compra de bens móveis e intangível (b)	-	6	(70)	-	-	-	(3)
Transferência de imobilizado	-	35	-	-	-	-	(79)
Recursos transferidos para novo plano anual e outros	-	(5.813)	5.813	-	-	(504)	504
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	-	2	5.089	4.125	-	390	641

\*Outros: (Fundo Patronos/Terra Foundation/British Council). • **Recursos recebidos ou a receber:** Referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados. Em 2017 foi recebido o montante de R\$ 7.064 (R\$ 11.645 em 2016), vinculados aos "Fundos Patronos", Projetos com "Pronac", "Proac" e "Incentivados". No exercício foi reconhecida a receita inerente a esses projetos o montante de R\$ 8.165, sendo R\$ 1.079 com (R\$ 905 em 2016) com "Projetos Patronos" e projetos "Pronac", "Proac" e "Incentivados" de R\$ 7.086 (R\$ 9.054 em 2016). • **Gastos incorridos e compras de obras de arte (R\$ 8.165):** referem-se aos gastos empregados nos projetos ao longo do exercício no valor de R\$ 6.756 (R\$ 9.017 em 2016) e R\$ 1.409 (R\$ 942 em 2016) com compra de obras de arte. **A composição das naturezas dos principais gastos incorridos (consumidos) nos projetos pode ser assim demonstrada:**

	2017			2016		
	Plano anual	Outros	Total	Plano anual	Outros	Total
Produção, curadoria, coordenação técnica, transporte, publicações e outros	4.668	707	5.375	4.653	2.401	7.054
Divulgação	82	6	88	174	-	174
Contratos - Serviços de terceiros	1.047	40	1.087	518	342	860
Material de consumo	133	6	139	237	-	237
Obras de arte	340	1.066	1.406	-	942	942
Outros	33	37	70	471	221	692
	<b>6.303</b>	<b>1.862</b>	<b>8.165</b>	<b>6.053</b>	<b>3.906</b>	<b>9.959</b>

**A composição dos bens móveis e intangíveis adquiridos com recursos dos projetos pode ser assim demonstrada:**

	2017	2016
Móveis e utensílios	36	32
Máquinas e equipamentos	8	48
Equipamentos de informática	40	115
Softwares	5	22
Outros	6	2
	95	219
Depreciação e amortização	(28)	(27)
	<b>67</b>	<b>192</b>

O imobilizado adquirido por Planos Anuais (Lei Rouanet) e demais projetos é apresentado no balanço na linha de "créditos de projetos a incorrer". Os valores serão incorporados ao imobilizado da Associação quando o projeto for encerrado, entregue a prestação de contas ao Ministério da Cultura (MinC) e transferidos para a Associação, consoante disposição da Instrução Normativa nº5, de 26 de dezembro de 2017, do Ministério da Cultura. **12. Recursos do contrato de gestão:** A seguir, apresentamos a movimentação do contrato de gestão demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Descrição	Saldo em 31/12/16	Valores recebidos	Consumo	Saldo em 31/12/17
Contrato de Gestão	1.432	21.443	(20.645)	2.230

• **Valores recebidos/captados** - Referem-se aos montantes recebidos por meio de repasses do Governo do Estado e captados para o contrato de gestão. • **Consumo** - Referem-se aos gastos que foram empregados no contrato de gestão ao longo do exercício social, fundo de reserva e aquisição de imobilizado. O valor apresentado no passivo circulante, que totaliza R\$ 2.230,

	01/01/2016	Adição	Baixa	31/12/2016
Móveis e utensílios	(1.242)	(156)	-	(1.398)
Máquinas e equipamentos	(729)	(21)	-	(750)
Instalações	(36)	-	-	(36)
Equipamentos de informática	(729)	(111)	-	(840)
Telefonia	0	(20)	-	(20)
Equipamentos fotográficos	(55)	(2)	-	(57)
<b>Total depreciação</b>	<b>(2.791)</b>	<b>(310)</b>	-	<b>(3.101)</b>
<b>Saldo líquido imobilizado</b>	<b>383</b>	<b>339</b>	-	<b>722</b>
<b>9. Impostos e contribuições a recolher:</b>				
INSS a recolher			615	649
ISSQN a recolher			492	448
IRRF a recolher			140	203
FGTS a recolher			56	83
PIS e COFINS a recolher			37	27
ICMS a recolher			3	20
			<b>1.343</b>	<b>1.430</b>
<b>10. Salários e férias a pagar:</b>				
Salários a pagar			1.187	1.232
Provisão de férias e encargos			497	493
			<b>1.684</b>	<b>1.725</b>

	2017		2016	
	Bens Créditos projetos intangível	Bens Créditos projetos intangível	Bens Créditos projetos intangível	Bens Créditos projetos intangível
Plano anual				
2016 (a)	8	(6)	2	6.096
Plano anual				
2017 (a)	5.159	(70)	5.089	4.224
Plano anual				
2018 (a)	4.125	-	4.125	-
ProAC 2016 (b)	-	-	176	-
ProAC 2017 (b)	390	-	390	-
Fundo				
Patronos (c)	620	-	620	818
British Council (d)	17	-	17	-
Terra Foundation (e)	1	-	1	5
	<b>10.320</b>	<b>(76)</b>	<b>10.244</b>	<b>11.319</b>
				<b>(192)</b>
				<b>11.127</b>

(a) Os Planos Anuais (Plano anual 2016, Plano anual 2017 e Plano anual 2018) estão representados por valores recebidos a título de patrocínio para execução dos projetos incentivados pelo PRONAC. (b) O PROAC (ProAC 2016 e ProAC2017) está representado por valores recebidos a título de patrocínio para execução de projetos incentivados pelo Programa de Ação Cultural (PROAC). (c) O Fundo dos Patronos está representado por cotas pagas por pessoas que apoiam a aquisição de obras de arte contemporânea para incorporação ao acervo da Pinacoteca. (d) O projeto Terra Foundation está representado pelo valor de patrocínio sem incentivo fiscal da instituição Terra Foundation for American Art para custear a exposição. (e) O projeto British Council patrocinará o intercâmbio de um funcionário da pinacoteca. Os recursos utilizados na execução dos projetos estão apresentados na demonstração do resultado como receitas das atividades na rubrica "Patrocínio de projetos", assim como os custos incorridos, pelo mesmo montante, estão apresentados em despesas das atividades na rubrica "Despesas com projetos". Nos termos do artigo 42, da Instrução Normativa nº05/2017, de 26 de dezembro de 2017, do Ministério da Cultura, os saldos não utilizados de planos anuais poderão ser transferidos para outros planos anuais aprovados pelo Ministério da Cultura, desde que o projeto anterior seja encerrado e acolhidas as justificativas apresentadas para a transferência de saldo, devendo o saldo transferido somar-se aos recursos já captados para fins de limites de movimentação do projeto vigente. A movimentação dos projetos pode ser assim demonstrada:

	PRONAC		PROAC		Outros*		Total
	2015	2016	2017	2018	2015	2016	
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	2.678	4.775	-	-	511	-	1.328
Recursos recebidos ou a receber	-	4.612	4.224	-	-	730	2.079
Receitas financeiras e outras	21	558	-	-	19	27	(298)
Gastos incorridos na execução							

**a) Fundo de reserva:** Foi constituído à razão de 6% do repasse financeiro recebido em 2014 pela Associação, no montante de R\$1.468, como requerido no Contrato de Gestão firmado com a Secretaria de Estado da Cultura, estando os recursos financeiros correspondentes aplicados em conta bancária específica e sob a tutela do Conselho de Administração, podendo ser utilizado em situações de desequilíbrio financeiro, ocasionado por eventuais atrasos em recebimentos de recursos, estando o saldo apresentado acrescido dos rendimentos auferidos na sua aplicação. No ano de 2016 devido à forte crise financeira que atinge nosso país, a Secretaria da Cultura autorizou a utilização temporária do fundo de reserva para fazer frente aos compromissos financeiros da Associação até que os repasses fossem normalizados. Porém, com a condição de que o fundo fosse reconstituído até o final do exercício, o que ocorreu no mês de dezembro. Para a execução do Plano de Trabalho de 2018, a Secretaria de Estado da Cultura orientou a APAC a resgatar R\$ 1.457 do Fundo para fazer frente às despesas correntes, após o pagamento da última parcela do contrato. **a) Fundo para contingências:** Foi constituído em razão do Decreto nº 54.340, de 15 de maio de 2009, que determina que a organização social abrirá conta bancária específica, observado o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na qual será depositada parte dos recursos financeiros repassados em decorrência do contrato de gestão, respeitada, para esse fim, porcentagem fixada pelo Secretário da Cultura, de comum acordo com a organização social e de modo compatível com a finalidade da conta. O valor acordado inicialmente entre o secretário e a organização foi de R\$ 50. No ano de 2016, foi acordado entre as partes um aumento no valor do fundo para contingência no montante de R\$ 55. No ano de 2017, o fundo foi aumentado em R\$ 35. A utilização do fundo só pode acontecer com aprovação do Conselho de Administração (3/4 de seus membros) e da Secretaria da Cultura. **16. Patrimônio líquido:** O patrimônio social é composto, substancialmente, pelos superávits (déficits) apurados anualmente. Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida pela Assembleia Geral, e ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 e no Decreto Estadual nº43.493/98. **Fundo especial:** Em 2007, a Administração decidiu constituir o Fundo Especial, mediante apropriação de parte do superávit acumulado até aquele ano e integralização dos resultados dos anos subsequentes, para fazer face a eventuais prejuízos ou despesas futuras não recorrentes, insuperáveis ou momentâneos, devendo sua movimentação financeira ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração. As movimentações do fundo especial foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração no dia 20 de fevereiro de 2018, quando as demonstrações financeiras foram aprovadas pelo conselho. **17. Receitas e despesas com contrato de gestão:**

Receita consoante Contrato de Gestão e seus aditivos	2017	2016
<b>Repasse Contrato de Gestão - CG nº 05/2013</b>		
2º e 3º Aditivo do Contrato de Gestão - CG 05/2013	21.549	21.549
<b>Recursos de órgão do governo</b>		
Receita a apropriar (Nota 12)	(2.230)	(1.432)
Receita apropriada	1.431	1.045
Recurso do Fundo de Reserva (Nota 7)	(35)	(55)
Recursos utilizados na compra de bens e intangível	(70)	(137)
<b>Subtotal - recursos de órgão de governo (a)</b>	<b>20.645</b>	<b>20.970</b>
<b>Venda da loja, líquida do custo das vendas e dos tributos</b>		
Receita bruta de vendas	1.667	1.808
Custo das vendas	(418)	(357)
Impostos incidentes sobre a venda	(66)	(228)
<b>Subtotal - venda de loja (b)</b>	<b>1.183</b>	<b>1.223</b>
<b>Ingressos, líquidos dos tributos</b>		
Bilheteria	451	524
ISS - Imposto sobre serviços	(18)	(26)
<b>Subtotal - Ingressos (c)</b>	<b>433</b>	<b>498</b>
<b>Demais receitas</b>	<b>574</b>	<b>1.079</b>
<b>Total das receitas do contrato de gestão</b>	<b>22.835</b>	<b>23.770</b>
<b>17.2. Despesas do contrato de gestão:</b> A seguir apresentamos as despesas por natureza empenhadas no contrato de Gestão:	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Despesas e gastos gerais com contrato de gestão</b>		
Com pessoal	(14.596)	(14.811)
Contratos	(4.247)	(4.164)
Utilidade pública	(1.766)	(2.127)
Produção e execução	(389)	(885)
Material de consumo	(295)	(465)
Doações - Outras	(248)	(81)
Divulgação e comercialização	(177)	(219)
Pré-produção e preparação	(130)	(131)
Depreciação e amortização	(131)	(94)
Tributárias	(13)	(23)
Realização de doações de bens e direitos	131	94
Outras despesas	(974)	(864)
<b>Total das despesas gerais - com contrato de gestão</b>	<b>(22.835)</b>	<b>(23.770)</b>

DIRETORIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
<b>Jochen Volz</b> Diretor-geral	Presidente: <b>Jose Olympio da Veiga Pereira</b> ; Vice-Presidente: <b>Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari</b> ; Membros: <b>Ana Carmen Rivaben Longobardi, Carlos Jereissati Filho, Christopher Andrew Mouravieff</b>	<b>Oswaldo Roberto Nieto</b> Presidente
<b>Marcelo Costa Dantas</b> Diretor administrativo-financeiro	<b>Apostol, Darlan dos Santos Lopes, Roberto Bielawski, Manoel Andrade Rebelo Neto, Marcelo Secaf, Mariangela Ometto Rolim, Sérgio Fingeremann e Sergio Sистер</b>	<b>Antônio Carlos Rovai e Silvio Barbosa Bentes</b> Membros

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC "Associação", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 - Contrato de gestão, às demonstrações financeiras, que descreve a incerteza relacionada à manutenção do Contrato de Gestão firmado com a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo em 20 de dezembro de 2013, quanto à operacionalização do Museu Pinacoteca de São Paulo, uma vez que o referido contrato possui previsão para encerramento em 30 de novembro de 2018. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional do gerenciamento do Museu Pinacoteca de São Paulo, que depende da renovação do Contrato de Gestão. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes

18. Trabalho voluntário e gratuidade:	2017	2016
Trabalho voluntário	44	41
Gratuidade de ingressos (a)	2.293	1.718
<b>Total</b>	<b>2.337</b>	<b>1.759</b>

(a) As gratuidades correspondem a isenção do pagamento de ingressos Menores de 10 anos, Maiores de 60 anos, Grupos PEPE, Grupos PISC, Pessoa com deficiência, Professores do Ensino Formal, Grupo de alunos de escola pública Estadual, Grupo de alunos de escola pública Federal, Grupo de alunos de escola pública Municipal, Participante de curso, palestra ou evento, Artistas plásticos / Artesãos da SUTACO, Membros ABCA ou AICA, Membros ICOM, Amigos da Pinacoteca, Conselheiros da Pinacoteca, Guia de Turismo, Jornalista, Patrocinadores / Parcerias, Familiares de funcionários da Pinacoteca, Ex-funcionário da Pinacoteca, Funcionários de outros museus, Funcionários públicos do Est.de SP / Familiares, Cortesia, ONG, aos sábados para o público em geral. **19. Instrumentos financeiros:** A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. **Estimativa do valor justo:** Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante esse exercício a Associação não efetuou operações com derivativos.

	2017		2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	14	14	8	8
Contas a receber	164	164	142	142
Outros créditos	364	364	1.237	1.237
	<u>542</u>	<u>542</u>	<u>1.387</u>	<u>1.387</u>
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras vinculadas (7)	1.321	1.321	1.027	1.027
Aplicações financeiras - contrato de gestão (4)	1.396	1.396	-	-
Aplicações financeiras - vinculados de projetos (5)	5.266	5.266	4.689	4.689
	<u>7.983</u>	<u>7.983</u>	<u>5.716</u>	<u>5.716</u>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	1.935	1.935	1.835	1.835
Recursos do Contrato de Gestão (12)	2.230	2.230	1.432	1.432
Retenções do Contrato de Gestão (15)	2.043	2.043	1.855	1.855
	<u>6.208</u>	<u>6.208</u>	<u>5.122</u>	<u>5.122</u>

**Instrumentos financeiros não derivativos:** Todos os ativos financeiros não derivativos (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Associação, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações para os quais deve ser utilizada mensuração ao valor justo: **• Nível 1 -** Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos. **• Nível 2 -** Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços). **• Nível 3 -** Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Associação está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras). Em função das características e forma de operação, bem como da posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, a Associação está sujeita aos fatores de: **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações

com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e fundos de renda fixa. **20. Aspectos fiscais (renúncia fiscal):** Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objeto da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016: **•** Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); **•** Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); **•** Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias; **•** Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); **•** Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos (ITCMD). **IRPJ e CSLL:** Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, esta goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186, de 2 de setembro de 1975, arts. 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 e art. 195 da Constituição Federal. **COFINS sobre as receitas próprias:** Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Associação é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias de acordo com a Lei nº 9.718/98. Com base na Medida Provisória (MP) nº2.158-35, em seu art. 14, inciso X, que dispôs, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, serem isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o art. 15 da Lei nº9.532/97. Em maio de 2008, os advogados da Associação intentaram Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária solicitando que seja declarada a imunidade da Associação ou, subsidiariamente, que seja declarada a isenção com relação ao recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas decorrentes de suas atividades (estatutariamente previstas), a saber: (a) a bilheteria; (b) a cessão de espaço para eventos que objetivem a difusão da cultura e da educação; (c) a cessão de espaço para café e afins; e (d) venda de produtos relacionados com o escopo do museu, ainda pendente de apreciação. A Associação aguarda decisão do referido pedido. Após publicação do Decreto nº 8.426/2015, que revogou o Decreto anterior nº 5.442/2005, as receitas sobre aplicações financeiras passaram a ser devidas e são recolhidas pela Associação. **ISSQN:** A Lei nº 16.127/2015 e Decreto nº 56.302/2015, art. 3º, estabelece que ficam isentas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, qualificadas como organizações sociais, estabelecidas no Município de São Paulo, que celebrem, com a Administração Pública Direta e autarquias da União, do Município de São Paulo, contrato de gestão com vistas à formação de parceria entre as partes para o fomento e execução de atividades dirigidas às áreas de cultura. A legislação garante isenção de ISS-NQ sobre os repasses do Contrato de Gestão, ficando sujeita à tributação do ISS as demais receitas de serviço da instituição. No dia 28 de abril de 2014 a Associação ingressou com a Subsecretaria da Receita Municipal pedido para obter a referida isenção que trata a Lei e aguarda decisão. A Associação recolhe ISS exclusivamente sobre serviços prestados, além de retenções de terceiros. Em relação às receitas de bilheteria, a Associação recolheu ISS até o mês de abril de 2017, interrompendo o recolhimento após a obtenção do certificado de isenção/imunidade emitido pela Prefeitura do Município de São Paulo, com validade até o dezembro de 2018. **ITCMD:** A Secretaria de Estado da Fazenda concedeu isenção no dia 20 de maio de 2016, com validade para o período de 24 de março de 2016 a 23 de março de 2017. A Associação ingressou com novo pedido em 2017 e a Fazenda concedeu isenção com validade de 24 de março 2017 a 23 de março de 2018. **PIS:** Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a instituição tem por obrigação o recolhimento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas Autoridades Fiscais. **21. Cobertura de seguros:** A Associação mantém contratos de seguros de riscos diversos e de responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência de 5 de junho de 2017 a 5 de junho de 2018. As coberturas de seguros contratadas (locais - Praça da Luz, Rua General Osório e Rua Pedro Arbués) têm os seguintes limites: (a) incêndio (inclusive decorrente de tumultos), raio, explosão de qualquer natureza e imploração - R\$58.500; (b) vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos aéreos ou espaciais, impactos de veículos terrestres e fumaça - R\$1.500; (c) tumultos ou greve - R\$264; (d) danos elétricos - R\$1.000; (e) equipamentos móveis - R\$50; (f) equipamentos eletrônicos - R\$100; (g) roubo, furto qualificado de bens nas dependências do segurado - R\$50; (h) roubo de valores no interior das dependências do segurado - R\$20; (i) roubo ou furto qualificado de valores em trânsito fora do estabelecimento - R\$10; e (j) quebra de vidros - R\$ 50. Adicionalmente, também mantêm seguro de responsabilidade civil com cobertura contratada de R\$2.000. Não são contratados seguros para os bens e acervo da Pinacoteca cedidos no contrato de gestão. Correlação às obras de arte em circulação, recebidas na Pinacoteca ou enviadas para exposições em outras localidades, são contratados seguros específicos para cobertura enquanto a obra estiver em trânsito ou em local externo às reservas técnicas da Pinacoteca.

Renata Aparecida Silva de Melo - Contadora - 1 SP 269.659/O-2

#### ACOMPANHAMENTO DE METAS 2017 CG 005 2013

Ações	Indicador	Meta	Realizado	ICM%
<b>Programa de Acervos</b>				
1. Revisar registros do banco de dados de exposições do Centro de Documentação e Memória - CEDOC	Registros revisados	648	660	102%
2. Atualizar e ampliar o Manual de Catalogação do acervo museológico	Publicação	1	1	100%
3. Elaborar manual de descrição arquivística do CEDOC	Entrega do documento	1	1	100%
<b>Programa de Exposições e Programação Cultural</b>				
4. Realizar atividades no âmbito de parcerias com instituições acadêmicas ou museológicas. Nacionais e internacionais	Atividades	2	5	250%
5. Realizar exposições temporárias	Exposições	5	5	100%
6. Realizar programas temáticos (aniversário da cidade, virada cultural, semana de museus e mês da consciência negra)	Eventos	4	4	100%
7. Realizar pesquisa de satisfação de público geral a partir do totem eletrônico e apresentar relatório conforme orientações da SEC	Relatórios	4	4	100%
8. Monitorar índices de satisfação do público geral de acordo com os dados obtidos a partir do totem	Índice	>=80%	>80%	100%
9. Receber visitantes na Pinacoteca Luz	Visitantes	385.000	346.003	90%
10. Receber visitantes na Estação Pinacoteca	Visitantes	30.000	60.212	201%
11. Receber consulentes na Biblioteca Walter Wey	consulentes	900	943	105%
12. Atender pesquisadores no Centro de Documentação e Memória	pesquisadores	240	281	117%

**KPMG Assurance Services Ltda.**  
CRC 2SP2SP023222/O-4

**Flavio Gozzoli Gonçalves**  
Contador CRC 1SP290557/O-2

Ações	Indicador	Meta	Realizado	ICM%
<b>Programa Educativo</b>				
13. Propiciar visitas educativas a estudantes de escolas públicas ou privadas	Estudantes atendidos	13.000	16.889	130%
14. Propiciar visitas mediadas para público diversificado	Público visitante	8.000	11.379	142%
15. Realizar atendimento PISC	Público visitante	1.000	2.689	269%
16. Realizar atendimento PEPE	Público visitante	1.000	1.687	169%
17. Realizar encontros para educadores, professores etc	Encontros	4	5	125%
18. Realizar atendimento no programa Meu Museu	Público visitante	800	1.190	149%
19. Atender visitantes por meio do projeto Pinafamília	Público visitante	1.250	1.942	155%
20. Realizar pesquisa de perfil e satisfação de público	Relatórios	2	2	100%
21. Monitorar índices de satisfação	Índice	>=80%	>80%	100%
<b>Programa Apoio SISEM</b>				
22. Realizar cursos teóricos práticos	Cursos	4	4	100%
23. Submeter apresentação para o Encontro Paulista	Apresentação	1	1	100%
24. Realizar estágios nas áreas de montagem de exposição e ação educativa	Estágios	2	1	50%
<b>Programa de Comunicação</b>				
25. Realizar ações de divulgação	Ações	32	34	106%
26. Produzir material informativo impresso ou digital	Materiais	4	8	200%
27. Manter contas e fanpages nas mídias sociais	Número de fãs	420.000	447.496	107%
28. Realizar ações de comunicação interna	Ações realizadas	8	8	100%
29. Publicar comunicados sobre o trabalho de conservação do acervo	Número de matérias	8	8	100%
30. Publicar comunicados sobre as ações do núcleo de ação educativa	Número de matérias	12	12	100%
<b>Programa Memorial da Resistência de São Paulo</b>				
31. Receber visitantes	Visitantes	65.000	69.623	107%
32. Realizar exposições temporárias	Exposições	2	2	100%
33. Realizar Sabados Resistentes	Eventos	15	15	100%
34. Realizar Programa Lugares da Memória	Número de textos completos revisados	40	37	93%
35. Realizar Coleta Regular de Testemunhos	Número de testemunhos coletados	15	15	100%
36. Realizar visitas educativas a estudantes de escola pública e privada	Estudantes atendidos	10.500	10.165	97%
37. Propiciar visitas mediadas para público diversificado	Visitantes	6.500	8.736	134%
38. Propiciar atendimento educativo ao público portador de necessidades especiais	Visitantes	760	1.002	132%
39. Realizar projeto educativo Tardes de Memória	Ações	8	8	100%
40. Realizar encontros de capacitação	Encontros	8	10	125%
41. Realizar pesquisa de satisfação de público a partir do totem	Relatórios	4	3	75%
42. Monitorar índice de satisfação do público em geral	Índice	>=80%	>80%	75%
43. Realizar pesquisa de perfil e satisfação de público educativo	Relatórios	2	2	100%
44. Monitorar índices de satisfação	Índice	>=80%	>80%	50%
<b>Programa de Financiamento e Fomento</b>				
45. Captar recursos operacionais - 9% CG	valores R\$	R\$ 1.931.600,00	2.396.436,71	124%
46. Captar recursos via patrocínio - 33% CG	valores R\$	R\$ 7.100.000,00	8.312.541,06	117%

#### JUSTIFICATIVA SOBRE AS METAS NÃO ALCANÇADAS

**Meta 9. Receber visitantes na Pinacoteca Luz:** O Museu recebeu o total de 346.003 visitantes durante o ano, ficando abaixo da meta em 10%. A meta de visitação da Pinacoteca Luz foi motivo de atenção durante todo o ano e, para além da programação cultural oferecida pelo museu, foi organizada uma diversificada agenda de atividades, com o intuito de fomentar e diversificar o público visitante, tais quais: concertos musicais, apresentações de dança, feira de artesanato etc. Entretanto, a meta do quarto trimestre não foi alcançada, interferindo, assim, na meta anual, pese a extensa divulgação realizada para a exposição Di Cavalcanti, que contou com anúncios, relógios de rua, campanha digital, vídeos e postagens nas redes sociais. Além disso, durante todo o mês de dezembro a entrada ao museu foi gratuita. Ainda assim, apesar de não termos alcançado a meta anual, a visitação da Pinacoteca Luz voltou a crescer se comparado ao ano anterior, mostrando-se bastante expressiva. **Meta 24. Realizar estágios nas áreas de montagem de exposição e ação educativa.** Não foi possível realizar a oferta de estágio na Ação Educativa da Pinacoteca. Era de nossa intenção oferecer o estágio no último trimestre de 2017, o que não se mostrou viável para a equipe do SISEM, que levantou a dificuldade de se conseguir um profissional interessado e possibilitado de realizar o estágio, durante este período do ano. Sendo assim, ficou acordado em comum acordo,

#### ACÇÕES CONDICIONADAS A CAPTAÇÃO DE RECURSOS CG. 005/2013

Nº	Ação	Indicador de Resultados	Meta	Trimestre Realizado
1	Museu Paulista	Desmontagem da mostra	1	1º
2	Ana Tavares	Desmontagem da mostra	1	2º
3	Fernando Limberger	Desmontagem da mostra	1	1º
4	Incongruências/Situações	Desmontagem da mostra	1	1º
5	Di Cavalcanti	Inauguração da mostra	1	3º
6	Cândida Hofer	Inauguração da mostra	1	2º
7	Daniel Acosta	Inauguração da mostra	1	3º
8	Tonico Lemos	Inauguração da mostra	1	3º
9	Exposição NAE 15 anos	Inauguração da mostra	1	Ação cancelada
10	David Claerbout	Inauguração da mostra	1	4º
11	Mauro Restiffe	Inauguração da mostra	1	3º
12	Rodrigo Andrade	Inauguração da mostra	1	1º
13	Vlavianos	Inauguração da mostra	1	1º
14	Cena Paulistana	Inauguração da mostra	1	2º
15	Territórios - Itinerância Lisboa Exterior	Itinerância da mostra	1	Ação cancelada
16	Modernismo	Manutenção corretiva da exposição	1	Durante todo ano
17	Coleção RW	Manutenção corretiva da exposição	1	Durante todo ano
18	História do Brasil	Manutenção corretiva da exposição	1	Durante todo ano
19	José Pancetti	Pré produção	1	Postergado
20	Ateliê do Artista	Pré produção	1	4º
21	Laercio Redondo	Pré produção	1	4º
22	Museu Dorsay	Pré produção	1	Ação cancelada
23	Emmanuel Nassar	Pré produção	1	4º

APAC e SISEM, que a Ação Educativa da Pinacoteca ofereceria, durante 2018, 3 vagas em cada um de seus cursos realizados pelo PISC, PEPE e Meu Museu. Reiteramos que essa ação seria realizada sem custos, não havendo destinação de verba do C.G. **Meta 34. Lugares da Memória. Número de textos completos revisados** O programa de pesquisa passou por rediscussão e reformulação no segundo semestre de 2017, potencializada pelas discussões presentes na revisão do plano museológico do Memorial da Resistência. Assim, ainda que numericamente a meta de revisão de textos não tenha se cumprido, muitas novas ações foram realizadas e o relato detalhado das mesmas consta no anexo técnico, ao presente relatório, no formato solicitado pela UGE. **Meta 36. Realizar visitas educativas a estudantes de escolas públicas ou privadas - nº de pessoas atendidas.** A meta anual não foi atingida, em função dos cancelamentos que ocorreram no 3º trimestre, por parte das escolas públicas. **Metas 41 e 42. Realizar pesquisa de satisfação de público geral a partir de totem eletrônico e enviar relatório conforme orientações da SEC - nº de relatórios entregues e Monitorar índices de satisfação do público geral.** Infelizmente não foi possível a realização de pesquisas de satisfação no último trimestre de 2017. O totem de pesquisa ficou desativado por problemas técnicos, que tardaram a ser resolvidos devido sua complexidade. A situação já está normalizada.

Nº	Ação	Indicador de Resultados	Meta	Trimestre Realizado
24	Valeska Soares	Pré produção	1	4º
25	Projeto de Acessibilidade (transporte + lanche)	Incrementar Ação Educativa	1	4º
26	Pepe	Incrementar Ação Educativa	1	Durante todo ano
27	Pepe Coleção Roger Wrihth	Incrementar Ação Educativa	1	Durante todo ano
28	Pisc	Incrementar Ação Educativa	1	Durante todo ano
29	Meu Museu	Incrementar Ação Educativa	1	Durante todo ano
30	Meu Museu Para Todos	Incrementar Ação Educativa	1	Durante todo ano
31	Maleta Pedagógica	Incrementar Ação Educativa	1	4º
32	Pinafamília	Incrementar Ação Educativa	1	2º, 3º e 4º
33	Curso História da Arte	Realizar curso	3	3º
34	Brasília Iconográfica	Entrega do projeto	1	3º
35	Restauração de Obras e Serviços	Finalização dos restauros	1	Durante todo ano
36	Programação Cultural Complementar	Realização de programação	1	Durante todo ano
37	Exposição MRSP (A) - EXPANSÃO	Realizar exposição	1	4º
38	Exposição MRSP (B) - EXPANSÃO	Realizar exposição	1	Ação cancelada
39	Anais IV Seminário Serviços de Informação em Museus CEDOC	Publicação	1	3º
40	Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos MRSP	Realização do curso	1	3º
41	Dossiês CEDOC	Realização de projeto	1	4º
42	Aquisição de móveis e equipamentos	Aquisição	1	Durante todo ano
43	Aquisição de itens de T.I.	Aquisição	1	Durante todo ano
44	Instalações Prediais	Realização de readequações	1	Durante todo ano
45	Aquisição de obras por meio do Programa de Patronos	Aquisição	5	4º

## Portal de Negócios

Busca gratuita de todo o acervo do Diário Oficial desde 1891. Mais transparência à administração pública.

Conheça os serviços e produtos eletrônicos da Imprensa Oficial:

- ✓ DO.busca
- ✓ e-juntacomercial
- ✓ DO.informa
- ✓ e-negociosinforma
- ✓ e-negociospublicos
- ✓ Certificação Digital

Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

www.imprensaoficial.com.br

imprensaoficial  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

The screenshot displays the website of the Imprensa Oficial (Official Press) of the State of São Paulo. At the top, there is a navigation bar with links for 'Portal do Governo', 'Cidadão SP', 'Investe SP', and 'Destaque'. Below this, the main header features the 'imprensaoficial' logo and a search bar. The central area is divided into several sections: 'Diário Oficial' with a search box for 'busca por palavra desde janeiro de 2003'; 'Concurso de Remoção' with a 'Quadro de Apoio Escolar' and a 'CLIQUE AQUI' button; 'Notificação IPVA Final de Placa' with a large '2' and 'CLIQUE AQUI'; 'Educação' with 'Cadastro Emergencial de Docentes' and 'CLIQUE AQUI'; and 'BAIXE AGORA' with 'Constituições e Declaração dos Direitos Humanos' and 'CLIQUE AQUI'. Below these are sections for 'negócios públicos', 'consulta de balanços', and 'consulta de leis e decretos'. At the bottom, there are sections for 'Junta comercial', 'e-negocios.informa', and 'DO.informa', each with a 'Consultar' button. The footer contains contact information: 'nossos endereços | privacidade | segurança | Central de Atendimento ao Cliente 0800 01234 01 | Imprensa Oficial (11) 2799-9800'.